

Constituída CPLP

Venham mais sete

Por António Pita de Oliveira, em Lisboa

Foi a 17 de Julho, numa quarta-feira quente, tipicamente tropical, que os sete Chefes de Estado e governo assinaram a Acta Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Jorge Sampaio, António Guterres, Joaquim Chissano, Fernando Henrique Cardoso, José Eduardo dos Santos, Mascarenhas Monteiro, Nino Vieira e o Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe, Armindo Vaz, cumprindo o horário previamente estabelecido, assinaram, no grande auditório do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a Acta Constitutiva da CPLP. Nas entrelinhas, há, no entanto, muito para fazer e dizer.

Jorge Sampaio, ao dar início à cimeira de Chefes de Estado e de governo, referiu que as regras básicas que devem orientar as acções da CPLP: igualdade, solidariedade e o respeito mútuo. Esta comunidade funda-se no humanismo universalista e na defesa dos grandes princípi-

os da democracia, do Estado de Direito, do desenvolvimento e da justiça social, da paz e da defesa do ambiente. O futuro que queremos não pode construir-se segundo os critérios estreitos de imediatismo interesseiro e calculista. Precisa de valores e de ideais, sublinhou o Presidente da

República portuguesa.

Por seu lado, Joaquim Chissano, ao usar da palavra, também lembrou que "os ideais da paz, democracia, Estado de Direito, desenvolvimento e justiça social que todos comungamos farão da nossa comunidade um órgão privilegiado para aprofundar as relações de amizade e cooperação em prol do desenvolvimento e do melhoramento das condições de vida dos nossos povos e países". Numa perspectiva mais pragmática sobre o facto da futura acção da CPLP não se dever restringir a uma mera questão da língua, o PR moçambicano lembrou que "a língua portuguesa será usada para falarmos não apenas dela própria, mas, sobretudo, para falarmos de questões concretas de cooperação, trocar experiências e procu-

rar soluções a problemas comuns, que enfrentamos no processo de desenvolvimento e criarmos bem-estar para os nossos povos". Consensual foi a condenação dos "sete" da ditadura indonésia em Timor-Leste, e a necessidade de pôr fim à violação dos direitos dos timorenses e garantir o livre exercício do seu direito à autodeterminação e à sua identidade cultural e religiosa.

A surpresa veio do PR brasileiro Fernando Henrique Cardoso, quando, na sua mensagem referiu que o Brasil apoia a autodeterminação de Timor-Leste, bem como uma solução de paz para o território. Na semana passada, em entrevista ao jornal português "Semanário", indicava a intenção de não condenar explicitamente a Indonésia devido aos interesses económicos que o Bra-

sil tinha ou projectava ter na região.

O impacto mediático que a criação da nova comunidade teve na Europa comunitária foi grande. As principais televisões e jornais de diversos países europeus deram destaque à cerimónia realizada em Lisboa. Grande destaque foi dado pela Euronews, um canal europeu de notícias, via satélite, patrocinado por várias estações televisivas da União Europeia mais visto na Europa que a CNN. Esta, por seu lado, entrevistou Jorge Sampaio, durante uma folga na sessão de trabalhos no período da tarde de quarta-feira, que explicou ao surpresa jornalista o porquê de uma comunidade com base numa língua.

A primeira decisão saída da reunião da nova Comunidade de Países de Língua

Portuguesa, efectuada a seguir à assinatura da Acta Constitutiva da CPLP, marcou a próxima cimeira de Chefes de Estado para Cabo Verde, em 1998. Mas, de imediato o secretário executivo, Marcolino Moco, terá de activar o tão falado e nunca visto Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O desafio começa agora. Como dizia o PR moçambicano, Joaquim Chissano, "o empenho de Moçambique na comunidade lusófona depende da dinâmica da CPLP." O mesmo se aplica a todos os outros países. A língua portuguesa mantém-se viva por todos os que a utilizam. A CPLP precisa mais que uma língua. Imaginação, trabalho, pragmatismo e empenhamento de todos são alguns dos ingredientes necessários. Em breve se verá. Há quase 200 milhões de pessoas que a poderão julgar. ■